

# ESBOÇO DE UMA SEMIÓTICA DA DESORDEM INFORMACIONAL

Marcos Dantas

*A semiótica torna-se assim a forma  
científica da antropologia cultural*

Umberto Eco

Nos últimos anos, boa parte da sociedade e suas lideranças políticas e intelectuais tiveram a atenção despertada para um problema aparentemente novo que uns denominam "desinformação", outros "desordem informacional", a maioria chama apenas de "*fake news*". Trata-se da difusão, através das assim chamadas "redes sociais", de mentiras, teorias conspiratórias, discursos de ódio, manifestações obscurantistas ou anticientíficas de toda ordem, que além de promoverem crescentes comportamentos antissociais, o pior deles, violências contra indivíduos por quaisquer banais motivos, atingindo principalmente mulheres e grupos mais vulneráveis, estão afetando profundamente o presente e o futuro das sociedades democráticas e civilizadas.

Entendemos que a causa profunda de todo esse problema é o esfacelamento do tecido social devido à fragmentação do mundo do trabalho e à emergência de ressentimentos sociais catalisados, através de "redes sociais", por financistas bilionários e agitadores oportunistas filiados a ideologias fascistas, obscurantistas e retrógradas (Fraser, 2017; Dantas, 2024; Standing, 2013; Empoli, 2019). É um processo, a rigor, iniciado no século passado, conforme já apontavam alguns analistas (Barber, 2003; Kurz, 1993) e agravado, radicalizado, nas duas últimas décadas, na medida em que os governos, mesmo os assim ditos de esquerda, não ousaram enfrentar suas causas reais, basicamente a financeirização do capitalismo (Chesnais, 1996) e suas políticas ditas "neoliberais".

As "redes sociais" não são "causa", mas apenas *meio*, bastante eficiente, utilizado por movimentos políticos que, com discursos obscurantistas e fascistas conseguem se conectar, arregimentar e mobilizar aqueles ressentimentos e ódios a favor de suas causas reacionárias.

Na superfície desse movimento profundo, estamos testemunhando, um tanto quanto perplexos, o questionamento de um amplo conjunto de "verdades", digamos assim, que organizavam os fundamentos da nossa vida social, portanto também recalçavam, até mesmo reprimiam, um amplo conjunto de outras possíveis visões de mundo. Afirmamos que está emergindo um novo *regime de informação* em oposição ao regime que entendemos como civilizadamente moderno. Este regime paralelo vem pondo em questão, não apenas as instituições políticas democrático-liberais formais, mas conquistas civilizatórias que pareciam estar consolidadas para sempre, desde os princípios de direitos humanos até os avanços da ciência e seus impactos na educação, na saúde pública e na

nossa vida cotidiana. Por exemplo, a vacinação universal, um comportamento social que parecia consolidado (no Brasil, com certeza!), passou a ser alvo de maciço ataque por parte de crenças outras, cujo resultado vem sendo o ressurgimento de infecções virais de potencial letal que pareciam ter desaparecido de nossas preocupações cotidianas.

Nos termos de Gonzáles e Gómes, por regime de informação entende-se

o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (Gonzáles e Gómes, 2012, p. 43)

Se dominante, alguma formação social, então, pode ter que conviver com regimes subordinados ou até conflitantes. Se define "sujeitos", "organizações", "autoridades", "padrões de excelência", o regime informacional determina, em essência, que conceitos, ideias, comportamentos são "legítimos" ou "válidos" na formação social considerada, recalçando socialmente, até mesmo reprimindo outros possíveis conceitos ou comportamentos. Mas se uma formação social, mais do que submetida a contradições próprias da dinâmica histórica, estiver sendo verdadeiramente confrontada com alguma formação alternativa emergente, seu regime de informação estará,

também, desafiado por algum outro regime que estaria se formando no bojo dessa formação emergente.

Partimos do princípio que tal radical desafio está realmente em curso. Fenômenos como "desinformação" ou "desordem informacional" seriam manifestações de um novo regime distinto e oposto ao ainda dominante, apoiado em forças sociais que emergem contestando e pretendendo destruir o modelo de convívio social e relações de produção que predominou praticamente em todo o mundo, com suas muitas variantes, inclusive a socialista, nos últimos 200 ou 300 anos.

O processo de desordem informacional que estamos vivenciando foi favorecido, em boa parte, pela leniência das próprias democracias liberais, talvez por demais confiantes na solidez definitiva de suas instituições. Porém, para isso, sem dúvida, contribuição decisiva foi dada pela "ágora informacional" que se constituiu *sobre* a infraestrutura da internet. É sempre necessário distinguir a internet propriamente dita, um sistema sociotécnico organizado conforme determinações lógicas de engenharia, da camada que opera sobre ela, organizada por grandes corporações de fundo financeiro, para distribuir conteúdos conforme a lógica do mercado capitalista. Ainda que as duas camadas possam ter elos imbricados, é nesta camada superior que se concentram os grandes e graves problemas políticos e culturais que estamos identificando.

Esperava-se que as "redes sociais" servissem para aprofundar o debate iluminista, para finalmente consolidar a ambição de uma "esfera pública" popular, porém comprometida com a razão, a justiça e a democracia. Porém, o que se viu foi a liberação generalizada, através das "redes", de ressentimentos, frustrações, idiosincrasias, raivas, até então sem espaços para

se manifestarem além dos espaços-tempos muito limitados das conversas nos botequins, reuniões familiares, papos de barbeiro ou cabeleireira. "A internet deu voz a legiões de imbecis", bradou Umberto Eco (apud Silva, 2015). Revelou-se para todos e todas nós, um "outro mundo", não aquele que desejávamos possível conforme o slogan do Fórum Social Mundial, mas um que parecia impossível, até inimaginável.

Este texto, porém, não tem por objetivo debater o problema mais geral, mas, sim, um ponto específico: o conceito de "integridade da informação", um dos vários que pretendem dar conta da desordem informacional instalada. A partir da sua crítica, vamos propor uma abordagem semiótica para o conceito, visando sugerir-lhe um tratamento objetivo, esperando contribuir para a defesa dos valores fundamentais da nossa civilização, contra aqueles que pretendem destruí-la.

Integridade da informação é, originalmente, um conceito típico do campo da engenharia. Foi proposto, no início deste século, por Geisler, Prabhaker e Nayar (2003) para tratar de questões técnicas que podiam afetar a confiabilidade dos sistemas de computação:

A integridade da informação é a fiabilidade ou credibilidade da informação. Mais especificamente, é a exatidão, a consistência e a fiabilidade do conteúdo, do processo e do sistema de informação. Trata-se de uma questão que preocupa todas as organizações empresariais, governamentais e sociais. As falhas de informação têm sido vistas até agora como um problema universal e generalizado, apesar de custarem à economia muitos bilhões de dólares [...] O espaço do conceito considera várias perspectivas, entre as quais: prevenção, monitorização e correção de

erros de informação; auditoria e controle de segurança; concepção, desenvolvimento e operação de sistemas de informação para uma maior integridade; e requisitos de integridade da informação de indústrias específicas, tais como instituições financeiras, cuidados de saúde, defesa e transportes.

Apesar dessa definição delimitada a sistemas de computação, esse conceito foi recentemente assumido como chave para o enfrentamento da pandemia mundial de desinformação e mentiras. Em setembro de 2023, Canadá e Holanda lançaram uma “Declaração sobre a integridade da informação nas redes (online)”, imediatamente assinada por cerca de 20 outros países, inclusive o Brasil. Segundo esse documento,

o termo "integridade da informação" é definido na presente Declaração como um ecossistema de informação que produz informação exata, fidedigna e fiável, o que significa que as pessoas podem confiar na exatidão da informação a que acedem enquanto estão expostas a uma variedade de ideias. Ao utilizar o termo "integridade da informação", queremos oferecer uma visão positiva de um ecossistema de informação mais alargado que respeite os direitos humanos e apóie sociedades abertas, seguras, protegidas, prósperas e democráticas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> "Canada and the netherlands launch the global declaration on information integrity online", disponível em: <https://www.government.nl/latest/news/2023/09/20/canada-and-the->

Parece óbvio que estamos ante o sério problema de definir o que seja "informação exata, fidedigna e fiável". Citemos um exemplo no limite: "Deus existe?" Para um ateu, Deus não passa de crença; para uma pessoa religiosa, sim, existe, trata-se de uma verdade, é informação "fidedigna e fiável".

O debate sobre "integridade da informação" ganhou maior dimensão no encontro pré G20, realizado em São Paulo, nos dias 30 de abril e 1º de maio de 2024. Promovido e organizado pela Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria-Ministério de Comunicação Social do governo brasileiro, com apoio também do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o "Diálogo G20 – Integridade da Informação", somou-se a outros eventos que estavam então acontecendo, preparatórios da grande reunião do G20 no Rio de Janeiro, em novembro daquele ano.

Considerando, pois, essa oficialização internacional do conceito, focaremos este artigo na sua crítica. Visto não estar claro o que pode significar e, muito provavelmente, tenha diferentes significados para diferentes atores ou formuladores, pretendemos contribuir para a busca de maior rigor conceitual, se possível. Ao apontarmos sua debilidade, também esboçaremos uma possível alternativa se, da sua origem na engenharia, pudermos encontrar-lhe uma solução semiótica que supere a imprecisão daquela “Declaração” acima citada.

---

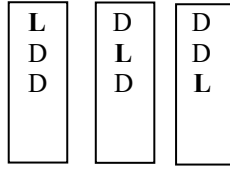
netherlands-launch-the-global-declaration-on-information-integrity-online.  
Acesso em: 03/05/2024.

## VOLTANDO PARA A ENGENHARIA

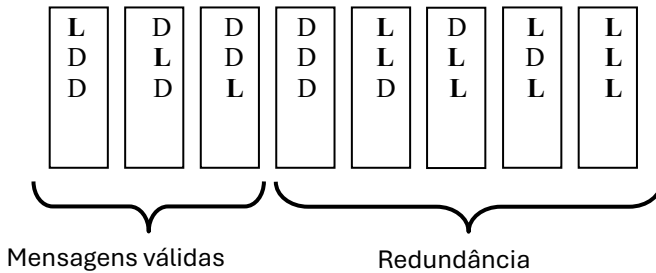
Já que o conceito nasceu na engenharia, vamos retomá-lo a partir de lá: examinemos a Teoria Matemática da Comunicação que subjaz aquela definição técnica, através de exemplos bem didáticos.

Para iniciar uma partida de futebol, o juiz propõe um jogo de "cara e coroa" aos capitães das duas equipes. A moeda só permite essas duas escolhas. Não importa se, ao cair no chão, a moeda mostre a face "cara" ou a face "coroa": de duas escolhas possíveis, obteve-se um resultado. Quando, entre duas escolhas possíveis obtém-se um resultado (não importa qual), diz a Teoria da Informação que se obteve 1 bit de informação.

Agora, consideremos um semáforo. Em princípio, seu objetivo é dar a motoristas e pedestres duas opções: "pare" ou "ande". Essas duas mensagens poderiam ser expressas por apenas uma lâmpada: acesa ("pare") ou apagada ("ande"). Um bit de informação. Porém, as chances de erros em um sistema assim, considerando sua finalidade, são elevadas. Não se pode descartar a possibilidade de a lâmpada se apagar por causa de pane no sistema elétrico. Para evitar erros, são utilizadas três lâmpadas com cores diferentes e uma regra básica: apenas uma lâmpada pode acender de cada vez (L – ligar), enquanto outras duas ficam apagadas (D – desligar). Seja a lâmpada acesa, sejam as outras duas momentaneamente apagadas, cada uma delas fornece 1 bit de informação, logo, a cada mudança de estado, ou a cada nova mensagem, o semáforo fornece 3 bits de informação:



Esse sistema, porém, contém mais estados possíveis do que aqueles que realmente transmite:



Quaisquer dessas demais combinações transmitirá uma única mensagem: *erro*. Ou seja, para garantir a segurança da mensagem a ser transmitida ou, se quiserem, a "integridade da informação", foi necessário introduzir um excesso de mensagens possíveis sobre as realmente necessárias ou, de fato, válidas ("pare"/"ande"). A este excesso dá-se o nome de *redundância*. O senso comum costuma confundir redundância com duplicação. Esta é apenas uma das formas possíveis de redundância. Também, por isto, confunde-se redundância com algo um tanto inútil; desperdício. Nada mais equivocado. A redundância é absolutamente necessária para garantir a "integridade", ou "fiabilidade", ou "exatidão", de qualquer código pelo qual se pretenda transmitir alguma mensagem informativa. A língua pela qual nos comunicamos, por exemplo, é plena de redundâncias,

delimitadas pelas regras de sintaxe, semântica e estilísticas. Informação sem redundância é como semáforo quebrado.

No caso do semáforo, um motorista, ao ver a luz vermelha com duas apagadas, recebeu 3 bits de informação. Passados alguns minutos, o estado do sistema muda, acende amarelo, duas outras lâmpadas apagadas: outros 3 bits. Em alguns segundos, o amarelo passa a verde, sempre com outras duas lâmpadas apagadas: mais 3 bits. O motorista, ao todo, no tempo em que permaneceu recebendo e obedecendo às mensagens do semáforo, processou 9 bits de informação. Como, porém, o semáforo poderia transmitir mais informação do que as realmente válidas, ao todo ele transmitiria 24 bits (3 x 8 estados possíveis). Esta seria a informação *total* contida no sistema.

Sabendo-se que a taxa de redundância R de um código qualquer é dada pela fórmula

$$R = (H_m - H_r)/H_m$$

para  $H_m$  = informação máxima;  $H_r$  = informação real; no caso do semáforo, substituindo-se  $H_m$  por 24 e  $H_r$  por 9, obteremos uma taxa de redundância de 62,5%. Essa taxa de redundância permite que o código do semáforo garanta a "integridade", "fiabilidade", "exatidão" de mensagens que, em relação ao todo, só devem conter 9 bits de informação.

Suponhamos que, por uma falha no sistema elétrico, em algum momento, todas as lâmpadas se apagassem. O semáforo transmitirá mais 3 bits de informação, ou 12 bits, no total:

$$R = (H_m - H_r)/H_m \rightarrow (24 - 12)/24 = 50\%$$

O acréscimo de informação em bits/sinal (de 9 para 12) provocou destruição de redundância: de 62,5% para 50%. Motoristas e pedestres, no entanto, saberão imediatamente interpretar essa nova mensagem como "ERRO". Este é o único significado possível para uma mensagem que emerge do fundo redundante: erro, falha, equívoco. Os agentes sociais, porque instruídos pelas redundâncias dos códigos que aprenderam a utilizar, assumirão os comportamentos cabíveis diante de situações assim. Motoristas e pedestres, por exemplo, tornar-se-ão mais prudentes e atentos ao transpor o cruzamento das ruas. Autoridades se movimentarão para corrigir o defeito.

Admitamos agora que por alguma súbita falha eletromecânica, o semáforo passasse a acender e apagar loucamente: em intervalos mínimos todas as suas lâmpadas apagam ao mesmo tempo, num instante seguinte acendem todas, ou combinam-se duas acesas e alguma apagada, e também as três combinações válidas. É fácil imaginar a confusão que se estabeleceria no trânsito, neste cruzamento com um semáforo assim maluco...

Matematicamente, aplicada a fórmula acima, teríamos

$$R = (24 - 24)/24 = 0/24 = 0$$

Se a redundância é nula, ou se a informação pudesse ser total, estaríamos em um estado caótico, conforme a prática confirma. É a desordem informacional em seu estado puro! Por isto não pode haver informação válida, ou "exata, fidedigna e fiável", que não contenha alguma taxa maior ou menor de redundância.

A redundância resulta de *coerções* impostas aos códigos, graças às quais podemos identificar e distinguir as mensagens válidas, ou "fiáveis", das inválidas, ou inexatas. Adotamos aqui (ainda que um tanto provocativamente), a expressão "coerção" no seu sentido cibernético, isto é, "trata-se de uma relação entre dois conjuntos, e ocorre quando a variedade que existe sob uma condição é menor do que a variedade que existe sob outra" (Ashby, 1970, p. 148).

No caso do semáforo do nosso exemplo, o conjunto de mensagens válidas, devido à coerção inerente a esse código, é menor do que o conjunto de mensagens possíveis. Como, ao mesmo tempo, essa coerção é necessária para distinguir redundância da informação "exata", ela também determina o grau de liberdade inerente a qualquer código, seja natural, seja social. A relação liberdade/coerção constitui uma unidade de contrários constitutiva tanto da natureza (com as suas leis físicas, químicas e biológicas), quanto, muito mais, da nossa vida social cotidiana:

Visto deste ponto de vista, o mundo à nossa volta é extremamente rico em coerções. Elas nos são tão familiares que tomamos como certas a maioria delas e às vezes nem sequer estamos cientes de sua existência [...] Um mundo sem coerções seria totalmente caótico (idem: pg. 154).

Se estamos falando de sistemas tecnológicos, as coerções, conforme alguma programação bem definida, são de natureza física, ou química, isto é, um sinal elétrico que deve, ou não, ser acionado; uma molécula orgânica que deve, ou não, interagir com outras. Mas se estamos falando de sistemas sociais, coerções também são necessárias em qualquer sociedade humana, até nas originárias. Conhecidos tabus, como o do incesto ou o da proibição, entre os povos semitas, da carne de porco como alimento, são exemplos de coerções sociais que se mostraram necessárias ao processo de humanização, seja à humanidade como um todo, seja a algum de seus muitos diversos agrupamentos culturais, ante os desafios com os quais se defrontaram ao longo de nossa evolução como ser social.

## **DESORDEM INFORMACIONAL**

Ao conceito oficializado de "integridade da informação" ou ao mais usual de "desinformação", sugerimos que mais exato seria *desordem informacional*. Sabemos que essa expressão foi originalmente proposta por Wardle e Derakhsan (2017), embora elas não definam exatamente o conceito, optando por indicar suas formas: informação falsa ("misinformation"), informação danosa ("desinformation") e má informação ("malinformation"). Ao adotarmos a mesma expressão, fazemo-lo com base no exemplo do semáforo acima: se o sistema transmite toda e qualquer mensagem passível de ser por ele transmitida, sem coerções, encontra-se num estado de desordem informacional. Poderíamos também propor "elevada entropia informacional" mas, além da sua sofisticação acadêmica, prejudicando, talvez, sua compreensão por um público mais amplo, seria o caso de sugerir mais um nome num cenário já coalhado de nomes...

Definimos a desordem informacional na sociedade como um estado social no qual a taxa de redundância da informação socialmente válida tende a zero ou, dito de outro modo, a sociedade tende à máxima entropia informacional pela ausência das necessárias coerções socialmente legitimadas.

Por informação socialmente válida vamos definir aquela que o regime de informação, por meio de suas instituições legítimas, define como válida. É óbvio que poderíamos entrar aqui numa enorme e inconclusa discussão sobre "instituições legítimas", "validade" etc. Grupos revolucionários põem em questão a legitimidade das instituições e, se ou quando vitoriosos, determinam outras e distintas regras de "validade". Porém, estamos aqui tratando das instituições formais e de tantas normas informais que vieram conduzindo e aprimorando o histórico regime de informação no qual nascemos e fomos educados e formados, regime este construído e aprimorado através das revoluções culturais e políticas que se alastraram da Europa para o resto do mundo, a partir dos séculos XVII e XVIII, sem ignorar as importantes contribuições teóricas, políticas, artísticas, oriundas da América Latina, África e Ásia, muitas vezes críticas, transformadoras, enriquecedoras daquele regime, mas sem negar, no limite, as suas raízes. Um exemplo óbvio, mas nem de longe o único, é o marxismo, inclusive os sistemas político-econômicos que engendrou, originário na esquerda iluminista europeia mas muito transformado e enriquecido, tanto teórica quanto praticamente, por pensadores e lideranças políticas empenhadas nas lutas revolucionárias que travaram na América Latina, África e Ásia.

No momento em que este texto é escrito, estamos assistindo a uma guerra aérea entre Israel e Irã. São duas culturas muito distintas em aspectos fundamentais, como sabemos.

Porém, na guerra, empregam os mesmos princípios e teorias científicas que vieram sendo desenvolvidos inicialmente na Europa, desde o século XVII e XVIII. Uns lutam por Alah, outros por Jeovah, mas na hora da guerra preferem mesmo confiar em Galileu, Newton, Einstein, Oppenheimer...

Com base nessa ciência, hoje universal, o regime de informação que paira sobre inúmeros outros subregimes, reconhece, sem contestação, ser a Terra um planeta esférico. Não importa a condição política, ideológica, social, étnica, até mesmo religiosa, de diferentes grupos de indivíduos; não importa se europeu, sul ou norte americano, asiático ou africano, desde que dotado de uma mínima base de escolaridade e cultura, por maiores que sejam suas diferenças outras. Essa é uma afirmação que organiza não apenas a instituição científica enquanto tal, mas apoiado nela, o ensino básico, a cultura cotidiana, inclusive as crenças, mesmo as religiosas, já há alguns séculos. De repente, surgem grupos sociais defendendo que a "terra é plana". Ora, de um ponto de vista informacional, tal afirmação e esforços feitos para comprová-lo (até agora, por óbvio, infrutíferos e mesmo com trágicos resultados<sup>6</sup>) seriam como aquelas lâmpadas de semáforo que deveriam permanecer apagadas para que os códigos sociais funcionassem com exatidão, fidedignidade e fiabilidade. Se a taxa de redundância decresce, começam a acontecer casos, como sabemos, de professores(as) desafiados(as) nas escolas de ensino básico por crianças ou

---

<sup>6</sup> Guilherme Eller e Alexandre Versignassi, "A 'ciência' da Terra plana", *Superinteressante*, 23/10/2017, disponível em <https://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-da-terra-plana/>, acessado em 19/06/2025; BBC News Brasil. "'Mad' Mike Hughes: piloto americano morre em foguete caseiro que tentava provar que a 'Terra é plana'", disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51601059>, acessado em 19/06/2025.

seus pais contestando, não raro com violência verbal e ameaças físicas, a validade da forma esférica da Terra, daí toda a validade do ensino científico conforme nossa civilização o concebe e o convalida desde pelo menos os tempos de Colombo e Galileu. De um ponto de vista informacional, a difusão e a validação social de tal absurdo, deveriam ser consideradas comparáveis ao comportamento de motoristas e pedestres que passassem a ignorar, desprezando confusões e riscos, as mensagens válidas do semáforo, mesmo que as autoridades legítimas não autorizassem tal comportamento denegador da coerção legalmente estabelecida.

Na definição de "integridade da informação", conforme Geisler, Prabhaker e Nayar (2003) antes citados, as frases "a terra é redonda" ou "a terra é plana" são igualmente íntegras. Ambas contêm 3,93 bits/sinal<sup>7</sup>; e estão corretas conforme as regras gramaticais da língua portuguesa (ortografia e sintaxe). No entanto, sabemos que nos termos do regime de informação ainda dominante, a primeira frase está correta, a segunda não. Como ambas, no fundo, se baseiam em crenças que remetem àquelas contradições sócio-culturais apontadas como nosso ponto de partida axiomático no início deste artigo, afirmar ou negar uma ou outra frase não passaria de uma disputa nivelada entre correntes de pensamento. E pouco se poderia fazer a

---

<sup>7</sup> O cálculo da quantidade de informação/sinal numa mensagem qualquer foi estabelecido por Claude Shannon, considerando a probabilidade de ocorrência de diferentes sinais em uma dada mensagem, além de outros aspectos restritivos. Assim, ignorando-se as diferenças entre maiúscula e minúscula, os acentos, cedilhas etc., sabemos que na língua portuguesa, a chance de a letra "a" aparecer numa mensagem é de 10,5%; da letra "b" é de 0,8%; da letra "e", de 11,4%; z, 0,1%; etc. (Epstein, 1986, p. 43). Aplicando-se a equação bayesiana de Shannon, chega-se à quantidade de informação contida nessas duas mensagens.

respeito apesar dos problemas que a evidente falsidade da segunda frase possa causar ao ensino escolar da ciência, com todas as consequências daí decorrentes.

O combate a essa e tantas outras falsidades, dado o estágio atingido pelo atual cisalhamento social, exigirá fortes medidas legais. No entanto, essas medidas podem estar sujeitas a elevado grau de subjetividade, sem falar dos equívocos de algoritmos, se não pudermos encontrar algum método o mais objetivo possível para dotar o regime informacional ainda vigente de ferramentas para enfrentar a desordem informacional: um método que seja, o máximo possível, imune a juízos de valor. Tem que ser, nos termos legitimados por este regime informacional, um método científico. Eis onde poderíamos recorrer à semiótica.

## **ELEMENTOS DE SEMIÓTICA**

A semiótica pode ser definida como "a ciência geral de todos os sistemas de signos através dos quais se estabelece a comunicação entre os homens" (Coelho Netto, 1999: pg. 17). "Terra" e "redonda" são signos: "aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém" (Peirce, 1977 [1931]: pg. 46). Na comunicação, surgem articulados em alguma mensagem por diferentes elementos conectivos: verbos, preposições, conjunções etc. Por sua vez, esse conjunto formado pelas mensagens remete os interlocutores às realidades sociais que organizam os contextos e circunstâncias nos quais se inserem as mensagens que intercambiam.

Não é nosso objetivo, aqui, apresentar uma ampla exposição das teorias semióticas. Vamos nos deter em um experimento simples que pode indicar o potencial dessa ciência e seu método. Para tanto, vai nos bastar apresentar alguns

elementos conceituais básicos necessários à compreensão do experimento.

O conceito metodológico primordial é o de signo. É constituído pela unidade entre uma *forma de expressão* (Helmslev, 1975 [1943]) ou *significante* (Saussure, 1969 [1915]) que vem a ser a efetuação objetiva, material (sons de voz, imagens escritas, ilustrações etc.) de uma *forma de conteúdo* (Hjelmslev, 1975) ou *significado* (Saussure, 1969), isto é, sua ideação subjetiva, conceitual, mental. Para Peirce (1977 [1931]), essa relação entre o que ele chama propriamente signo e a sua ideação subjetiva, ou *interpretante*, requer uma terceira relação, seu *fundamento* (*ground*), a referência conceitualmente codificada dos fatos ou relações presentes em um mundo de fatos e relações sociais. Veremos, adiante, que Umberto Eco (1974; 1980; 1981) renomeará e reconceituará o fundamento peirceano como *unidade cultural*.

O segundo conceito metodológico básico é a distinção entre os eixos paradigmático e sintagmático. Umberto Eco (1981) nos explica que qualquer mensagem significativa é formada por dois eixos que podem tomar formato cartesiano: o paradigmático oferece as unidades semióticas (nomes, verbos etc.) que podem ser selecionadas em uma circunstância qualquer; o sintagmático determina as regras (sintáticas, semânticas etc.) que permitem combinar as unidades selecionadas. Perceba-se que já temos aí um primeiro nível de coerção no emprego dos signos.

A base dessa coerção constituída pelos dois eixos é um sistema de oposições no qual a presença de um componente exclui liminarmente outros componentes. Se por exemplo seleciono, ao iniciar uma frase, o pronome "eu" já fica determinado que seguir-se-ão seleções paradigmáticas que não

conterão verbos nas demais pessoas, exceto na primeira do singular.

Do mesmo modo, a seleção de significantes, com seus significados, automaticamente exclui outras relações significados/significantes disponíveis em um dado repositório semiótico. Aqui, há que existir algum código que determine e delimite as relações possíveis. Se, no nosso exemplo do semáforo, acendeu-se a lâmpada verde em conjunto com as demais lâmpadas apagadas, o significado "ande" exclui "não ande" ou "pare". Ao significado "vermelho" em conjunto com as lâmpadas apagadas corresponde o significado "pare", excluindo "ande". Logo, temos um código dado que "permite estruturar os significados num sistema de oposições ["ande"/"pare"] tornando as oposições do significado homólogas às do significante" (Eco, 1981, p. 75).

Diz-se *código semântico* às regras que tornam possível essa relação "o código estabelece equivalências semânticas entre os elementos de um sistema de significantes e elementos de um sistema de significados" (Eco, 1981, p. 76).

Não se trata, porém, de uma equivalência biunívoca. Um significante como "cachorro", por exemplo, pode remeter a um específico animal mamífero, quadrúpede, que a sociedade convencionou denominar com esse conjunto combinado de sons (ca-cho-rrro); mas pode também remeter, ofensivamente, a um indivíduo humano, neste caso atribuindo-lhe traços de caráter que seriam identificados (injustamente) aos do animal. À forma de expressão corresponderiam diferentes formas de conteúdo.

Mesmo assumindo-se a polifonia do significado, há um código coagindo a relação. No caso do exemplo, se o significante "cachorro" pode remeter a um animal ou a um indivíduo humano,

essa convenção sociocultural é possível porque associa à palavra certas qualidades, como "fidelidade", "obediência", "subserviência" que seriam consideradas comuns ao animal e a algumas pessoas. A relação entre os eixos sintagmático e paradigmático, mesmo admitindo certa amplitude de combinações, automaticamente segue excluindo outras, como, por exemplo, "gato" – seja na referência ao animal, seja na atribuição de algumas das suas presumidas qualidades a um indivíduo humano. "Aquele rapaz é um gato" – evidentemente, a beleza do felino é referência à beleza do rapaz.

Daí porque, o signo não remete ostensivamente a algum objeto material, inclusive, não raro, sequer existe algum objeto material ao qual remeta. Por exemplo, a palavra "amor". O signo remete a um conceito, a uma ideia geral que as culturas humanas fazem dos objetos materiais, das relações sociais, de sentimentos emocionais etc.

Considere-se, por exemplo, a palavra "cadeira". Facilmente se percebe que nas casas que visitamos, restaurantes que frequentamos, quaisquer outros lugares, veremos as mais diversas formas de cadeira. Quaisquer que sejam essas aparências, nós as identificaremos com a mesma palavra, como se fosse uma *forma-cadeira*. Também um desenho tosco (Fig. 1) poderá ser imediatamente identificado à forma-cadeira. Isto porque o signo, ou essa relação significante/significado, articula sua manifestação



Figura 1

material (voz, escrita, desenho) não a algum objeto real existente no mundo dos fatos, mas a uma idéia socialmente aprendida desde quando começamos a falar, que define genericamente qualquer objeto, relações, sentimentos, independentemente das suas formas aparentes. O referente do signo como sustenta Umberto Eco, é alguma unidade cultural para a qual remete em algum ato de comunicação.

Em qualquer cultura, uma unidade cultural é simplesmente algo que aquela cultura definiu como unidade distinta, diversa de outras, podendo ser assim uma pessoa, uma localidade geográfica, uma coisa, um sentimento, uma esperança, uma idéia, uma alucinação (Eco, 1980, p. 56-57).

Por um lado, alguma unidade cultural remete ao interpretante, ou seja, à ideia ou conceito do qual se vale o sujeito social nas suas relações comunicativas. No entanto, se tal é possível, é porque, também, "uma unidade cultural 'existe' tão somente enquanto é definida numa outra que se lhe opõe" (Eco, 1980, p. 62).

Somente a relação entre os vários elementos de um sistema de unidades culturais é que subtrai a cada um dos termos aquilo que é trazido dos outros (Eco, 1980, p. 62).

O princípio de oposição das unidades culturais, daí, pois, de todo o edifício semântico que se ergue sobre elas é determinante em semiótica. Se algo é, algo necessariamente não é. É ele que nos permite lidar com a polifonia própria dos sistemas semióticos, dada toda a sua riqueza metafórica com as quais podemos tanto construir monumentos literários, quanto, também, se for este o desejo, mentir.

Um signo não é uma unidade isolada, mas situa-se em algum conjunto concatenado pelas coerções sintagmáticas do código comunicativo: em uma frase, por exemplo. Esse conjunto também não paira no ar, mas emerge dos contextos e circunstâncias sociais que motivam o ato comunicativo. É o que permite distinguir o som "cachorro", se referência ao animal ou a um indivíduo humano. No caso da frase, as regras são morfológicas e sintáticas. No caso dos contextos e circunstâncias, as regras são semânticas e, também, pragmáticas (Morris, 1994).

Para os objetivos deste artigo, vamos nos ater apenas às regras semânticas, ignorando os problemas ainda mais complicados das relações pragmáticas. O que nos permite distinguir a forma de expressão "cachorro", se referida ao conceito de animal ou ao de ofensa dirigida a alguém, são suas *marcas semânticas*, ou seja, indicadores culturais pelos quais aprendemos a identificar a posição da palavra em uma rede de relações: "no interior de um campo semântico [e] numa rede de posições no interior de diversos campos semânticos" (Eco, 1980, p. 73). Por campo semântico entende-se a relação correspondente entre um signo e as unidades culturais às quais se refere, excluídas, pois, aquelas das quais se diferencia.

Para explicar porque é que um signo ou um complexo de signos é decodificável de um dado modo, postula-se que existe, como correlativo semântico, um campo de unidades correspondentes às que os signos denotam e às que, não denotadas, por oposição, tornam evidentes as unidades denotadas (Eco, 1981, p. 163).

Ou seja, dado um campo semântico, sistema de relações entre o signo e alguma unidade cultural estabelecido pela cultura ou, pode-se também dizer, em grande parte dos casos, pelo regime informacional; sua forma de expressão – "cachorro", por exemplo – imediatamente *denota* uma forma de conteúdo – o animal. No entanto, esse animal não é uma mera forma biológica, mas, nas relações com o ser humano, também engendra um amplo conjunto de outros sentimentos e emoções que poderão integrar o campo semântico da expressão enquanto *conotações*.

A denotação explicita a posição imediata de uma unidade significativa num campo semântico. Na vida prática, quase sempre uma unidade, porque inserida em frases, ilustrações, algum outro conjunto significativo por sua vez inserido em contextos e circunstâncias, significará através das suas conotações, também codificadas pela cultura social comum:

A conotação é o conjunto de todas as unidades culturais que uma definição intencional do significante pode pôr em jogo; e é, por conseguinte, a soma de todas as unidades culturais que o significante pode revocar institucionalmente à mente do destinatário. Onde o "pode" não alude a nenhuma possibilidade psíquica, mas a uma disponibilidade cultural (Eco, 1974, p. 42).

Dotados desse conjunto de conceitos básicos que, como já dito antes, não esgotam todas as possibilidades de uma abordagem semiótica da desordem informacional contemporânea, podemos chegar a uma ferramenta analítica que, repetindo, tendo por fundamento as oposições entre campos semânticos, nos permita identificar objetivamente o que seja "verdade" ou "mentira", dado o regime de informação que (ainda) organiza a nossa vida civilizada. Essa ferramenta é a

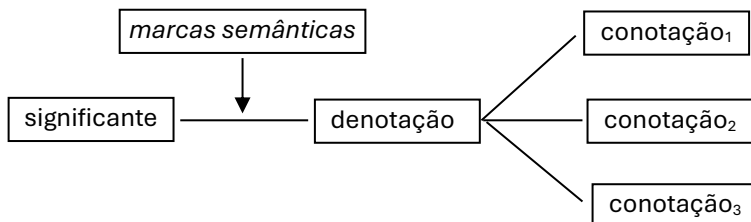
*análise componencial* proposta por Umberto Eco (1974; 1980; 1981), aprimorando modelos lógicos antes apresentados por Jerrold Katz, Ross Quinlian e outros.

O modelo oferecerá, através de uma árvore que se bifurca sucessivamente em muitos galhos, percursos de sentidos que, a partir das unidades articuladas de uma mensagem, os interlocutores percorrem para alcançar a significação de algum enunciado, no contexto e circunstâncias da interlocução. Naturalmente, para os interlocutores, esse percurso é imediato e mesmo inconsciente, naturalizado em seus processos de formação e aprendizagem na vida em sociedade. Por "percurso de sentidos" entenda-se, pois, uma ferramenta analítica à disposição do cientista de signos.

A partir do código que denota o significante, manifestam-se suas conotações possíveis e aquela significação precisa, no ato comunicativo, pretendida pelos interlocutores. A denotação pode ser identificada por meio de marcas sintáticas (substantivo, adjetivo, verbo etc.) e marcas semânticas, atributos próprios da expressão. A palavra "cabeça" possui, entre as suas marcas semânticas, a "esfericidade". Esta marca pode conduzir a metáforas tais como "cabeça de alfinete", "cabeça de ponte", mas não permite alguma associação com, digamos, "folha de papel".

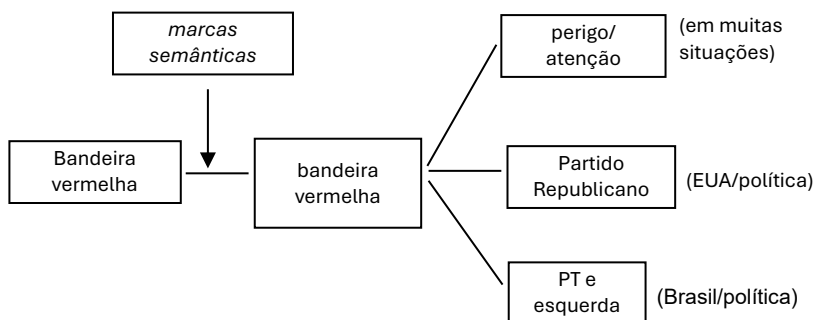
Dada as marcas semânticas de um significante, identifica-se, na sua imediatidade, a denotação (às vezes mais de uma), daí saindo vários galhos que indicarão os percursos significativos possíveis, um dos quais será aquele escolhido pelos interlocutores (Fig. 2).

Figura 2 - Modelo geral de uma árvore componencial



Consideremos, por exemplo, o significante "bandeira vermelha", uma articulação sígnica não verbal. Suas marcas sintáticas são o pano, a forma geralmente retangular, a tintura vermelha. As marcas semânticas são dadas pelos significados denotativos de "bandeira" e "vermelha", uma associação possível nos respectivos campos semânticos. No entanto, nos contextos em que são visualizadas, podem conotar distintos significados e, por isto mesmo, não podem significar outros (Fig. 3).

Figura 3 - Exemplo de árvore componencial: bandeira vermelha



Eventualmente, um humorista genial como Charles Chaplin, pode explorar as oposições no interior de um sistema semântico para delas extrair motivos para boas gargalhadas, como na famosa cena, em "Tempos modernos", quando agita uma bandeira vermelha que havia caído da carroceria de um caminhão transportando vergalhões de aço, logo conotando "perigo", sendo confundido com um agitador comunista (o que não deixa de ser, também, "perigo"...).

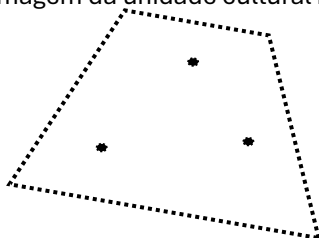
## **A ABERRAÇÃO SEMIÓTICA DA "TERRA PLANA"**

Munido dos conceitos acima apresentados, será possível demonstrar que, semioticamente, independentemente de crenças ou juízos de valor, a expressão "a terra é plana" é uma aberração.

"Terra", no caso, refere-se à unidade cultural que relaciona o significante à idéia de "planeta" ou, adicionalmente, "planeta habitado por seres vivos", "planeta que gira em torno do Sol" etc. Não parece haver dúvidas quanto a isso.

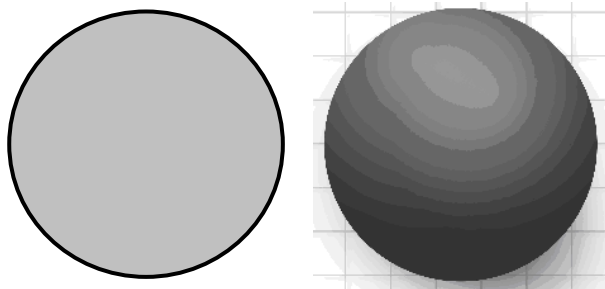
"Plano" é um significante relacionado a uma primitiva unidade cultural que intuitivamente reconhece uma imagem plana como um objeto bidimensional, sem curvas, infinito ou, como o definiria qualquer livro de geometria básica, um espaço formado por no mínimo três pontos não colineares (Fig. 4).

Figura 4 - Imagem da unidade cultural referente a "plano"



O campo semântico definido pelo significante denotativo "plano" opõe-se ao campo semântico definido pelo significante "redondo". Este, também intuitivamente, remete a algo que tem forma finita circular, podendo ser abaulado (Fig. 5).

Figura 5 - Imagens da unidade cultural referente a "redondo"<sup>8</sup>



Objetos identificados à unidade cultural "plano" podem ser, por exemplo, tijolos, dados de jogar, mesas de jantar etc. Objetos identificados à unidade cultural "redondo" podem ser, por exemplo, uma bola de sorvete, bola de futebol, a cabeça humana etc.

Entende-se que, de um ponto de vista dos limites próprios do campo semiótico, signos conectam-se a unidades culturais, mas estas, por sua vez, devem estar naturalmente associadas às

---

<sup>8</sup> Figura à direita obtida em: [https://br.freepik.com/vetores-gratis/vetor-de-banner-social-preto-geometrico-de-memphis\\_26985234.htm#fromView=keyword&page=1&position=14&uuid=d016eb32-a054-4d35-90ae-697358fa7f4a&query=Objetos+Redondos](https://br.freepik.com/vetores-gratis/vetor-de-banner-social-preto-geometrico-de-memphis_26985234.htm#fromView=keyword&page=1&position=14&uuid=d016eb32-a054-4d35-90ae-697358fa7f4a&query=Objetos+Redondos). Acesso em: 19/06/2025.

experiências e práticas socioculturais humanas. São elaboradas nos contextos da realidade prática, muitas nascendo a cada momento, continuamente, dos movimentos e novidades dessa realidade; muitas originadas e reafirmadas desde tempos imemoriais. No caso de conceitos geométricos, as palavras que os expressam em diferentes línguas humanas surgiram ainda em tempos pré-históricos e, no Ocidente, foram conceitualmente formalizadas pelo grego Euclides (c. 300 a.C.), tornando-se desde então noções de senso comum. Os "terraplanistas" empregam a forma de expressão "plano" assim como a definiria qualquer professor de geometria em um curso fundamental e, do mesmo modo, a expressão "redondo".

Ora, assim como a experiência nos faz associar a ideia de "redondo" à forma de uma bola de futebol, igualmente nos impede de associar a forma da Terra à de um cubo ou mesa de jantar. É fato que alguns "terraplanistas" tentaram demonstrar – em uma rendição ao método científico – o acerto dessa hipótese. Todas as experiências fracassaram. Como advoga Karl Popper (2004 [1934]), a ciência é "falsificável", no sentido de que é verdade científica aquela que pode ser submetida a algum experimento tentando demonstrá-la falsa. Os experimentos dos "terraplanistas", pois, têm resultado, ao menos até agora, em demonstrar que errados são eles, não a ciência que preside o nosso regime de informação.

Por que, porém, a afirmação "Deus existe", contestada pelos ateus, não deve ser incluída no mesmo caso de desordem informacional?

Porque a unidade cultural com a qual a expressão se conecta significativamente serve de referente também para aqueles que contestam a existência de Deus. Esta entidade é

definida como um Ser onipotente, onipresente, onisciente, criador do Céu e da Terra, Senhor, em última instância, do destino e dos desejos dos seres humanos. Os ateus contestam que possa existir tal entidade, não que o conceito possa encontrar-se em algum oposto campo semântico. Para que alguma asserção semiótica possa ser considerada correta, não é necessária a existência do seu objeto na realidade material, basta que a conexão entre o significante e a unidade cultural de referência seja consagrada pela experiência social. Não fosse assim, palavras como "amor", "Papai Noel" ou "unicórnio" seriam vazias de qualquer significado.

## **PALAVRAS CONCLUSIVAS: REFORÇAR AS COERÇÕES**

Para dirigir nossos veículos de passeio ou trabalho, obedecemos às coerções das leis de trânsito, entre elas obter uma licença especial que nos autoriza a conduzir veículos. Medicamentos não chegam às farmácias sem antes passarem pelas investigações coercitivas dos órgãos reguladores, obedecendo às coerções de leis específicas. Empresas grandes ou pequenas estão submetidas às coerções fiscais e monetárias, assim como às relacionadas ao meio ambiente e à justiça social, direitos trabalhistas etc., sempre conforme leis debatidas, aprovadas e implementadas por instituições políticas legítimas, como o Congresso Nacional e os demais poderes democráticos. A lista não cessaria.

Vimos que, do seu emprego social genérico e geralmente com sentido negativo, a palavra "coerção" ganhou uma definição precisa na cibernética: trata das regras que organizam um código qualquer. A comunicação entre seres humanos só funciona porque a língua e demais recursos semióticos estão submetidos a muitas coerções sintáticas, semânticas, estilísticas. São essas

coerções que determinam o que pode ser informação "exata, fidedigna e fiável", e o que é redundância indicativa de erro, em um sistema semiótico, logo cultural.

A internet, por sua história, se expandiu pelo mundo sem maiores coerções, além daquelas estritamente técnicas. Nem mesmo as coerções determinadas pelas fronteiras jurisdicionais de cada país foram respeitadas em sua expansão inicial. A partir dos Estados Unidos, assumiu-se que as mensagens que por ela transitariam não deveriam estar submetidas a maiores coerções sociais, além das naturalmente próprias dos elásticos códigos linguísticos. Pela primeira vez na história dos meios de comunicação eletroeletrônicos, um sistema tecnológico de emprego comercial e cultural, com ampla penetração na vida cotidiana de toda a sociedade, foi posto à margem de coerções regulatórias públicas, desde as suas origens. No que concerne ao tráfego de *conteúdos*, assumiu-se que a taxa de redundância deveria situar-se no limite de zero, menosprezando-se o potencial entrópico dessa condição.

Sublinhe-se que, por mais amplas que sejam as condições de liberdade de expressão na imprensa e na radiodifusão, sempre, em qualquer democracia, elas estão submetidas a códigos coercitivos explicitados em lei ou tacitamente aceitos nos comportamentos de seus profissionais: jornalistas, artistas, comunicadores etc. Um exemplo simples: praticamente nenhum jornalista ou convidado a uma entrevista, falando para uma câmara de televisão ou microfone de rádio, empregará alguma palavra de baixo calão. Um código não escrito, mas socialmente estabelecido, impõe esse limite. As organizações de comunicação social se constituem, elas próprias, com suas hierarquias profissionais e seus *habitus* comportamentais, como sistemas coercitivos que, por isso

mesmo, são sistemas reprodutores de informação legítima, nos termos do nosso regime civilizado de informação. Mesmo assim, os meios empresariais de comunicação social nem de longe constituem um sistema altamente redundante pelo qual transitaria apenas um único padrão de mensagem. Sim, sabemos das muitas também legítimas críticas que são feitas a certos padrões informacionais predominantes nessas organizações, determinados por seus interesses políticos e econômicos. É verdade que certos campos de mensagens, principalmente os da esquerda, embora também válidos em um regime de informação democrático e civilizado, encontram muitas dificuldades para atravessar os canais das organizações dominantes. Mas, ficando apenas nos exemplos brasileiros, não é possível ignorar as diferenças de padrão informacional de uma organização como a Rede Globo ou a Band, ou entre uma rádio CBN e uma Jovem Pan. Ao contrário: cabe mesmo perguntar, apesar de seus filtros hierárquicos, se Band, Jovem Pan e outras similares também não estariam situadas mais para perto do campo da desordem informacional do que a Globo ou CBN. Implica dizer, como reivindicam movimentos críticos desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, que um projeto regulatório não poderia ignorar a regulação também dos meios "tradicionais".

As organizações que se estabeleceram *sobre* a internet não tiveram nenhum interesse de determinar coerções formais ou informais que fossem proximamente similares às que condicionam as atividades na imprensa e radiodifusão "tradicionais". Essa ausência de necessária redundância resultou nesse cenário que, agora, motiva investigações e debates sobre "integridade da informação" ou "desinformação". Melhor dizendo, sobre desordem informacional.

Por que é disso que se trata. Quando uma ampla parcela da sociedade, inclusive autoridades públicas, aceita postular *em um mesmo plano de legitimidade semântica*, conceitos que não apenas são opostos aos que seriam semioticamente legítimos, mas também vazios de conexão fática com a realidade, está-se destruindo a redundância intrínseca aos códigos comunicativos em nossa sociedade, logo tendendo-se à máxima entropia informacional e, com ela, à máxima entropia social – ou barbárie. Impor coerções regulatórias que detenham esse processo torna-se uma obrigação política e moral, ante as ameaças que pesam sobre as condições de convívio civilizatório que a humanidade veio construindo a duras penas – e ainda longe de estarem consolidadas, sequer universalizadas – ao longo dos últimos 200 ou 300 anos.

As "redes sociais", a serviço da barbárie, permitiram reduzir as taxas sociais de redundância ao limite de zero. Todas as instituições que organizam e modelam o nosso regime civilizado de informação estão postas em questão. Trata-se, portanto, de saber se vamos seguir permitindo avançar esse processo de destruição da civilização, ou se vamos reafirmar, talvez mesmo endurecer, as coerções sociais que permitiram o avanço da nossa sociedade até o estágio em que nos encontramos – para podermos, daqui, avançar ainda mais ao invés de retroceder.

Para tanto há que estabelecer, por lei e regulamentos, princípios que determinarão as taxas de redundância relativas aos conteúdos que poderão ser postados ou não, nas "redes sociais". Evidentemente que, aqui, a expressão "taxa de redundância" é uma metáfora: matemática nenhuma poderá medir isso. O que medirá isso é o projeto de sociedade que queremos construir e a necessidade de defendê-lo de outro

projeto que nos quer destruir. É necessário tornar as "redes sociais" um ambiente política e culturalmente sadio para a democracia e a civilização. As coerções necessárias não devem ser tímidas diante da necessidade de reenviarmos para o plano da redundância social, os eventos informacionais que pretendem e vêm, infelizmente, conseguindo desorganizar a sociedade inteira: obscurantismo, negacionismo, racismo, xenofobia, intolerâncias diversas, pregações de ódio, assédios que exploram as vulnerabilidades da adolescência etc. São mensagens possíveis assim como são possíveis as três lâmpadas do semáforo se apagarem por falha na rede elétrica. Porém, diante dos códigos da democracia liberal e de um regime de informação civilizado, não passam de ERRO. Como tal, que retornem ao socialmente inevitável excedente redundante de onde não deveriam nunca ter tido a chance de emergirem.

É hora de consertar o semáforo social para que voltem a brilhar apenas as luzes da razão!

## REFERÊNCIAS

ASHBY, W. R. *Introdução à Cibernética*, São Paulo: Perspectiva, 1970.

BARBER, B. R. *Jihad x McMundo: como o globalismo e o tribalismo estão transformando o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

COELHO NETTO, J. T. *Semiótica, Informação e Comunicação*, São Paulo: Perspectiva, 1999.

DANTAS, M. Dois anos de desgoverno – bolsonarismo e capitalismo lúmpem. *A Terra é redonda*, 2024. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-bolsonarismo-e-capitalismo-lumpem/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ECO, U. *As formas do conteúdo*, São Paulo: Perspectiva, 1981

ECO, U. *Tratado Geral de Semiótica*, São Paulo: Perspectiva, 1980.

ECO, U. *O Signo*, Lisboa: Presença, 1974.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*, São Paulo, SP/Belo Horizonte, MG: Vestígio, 2019.

EPSTEIN, I. *Teoria da Informação*, São Paulo: Ática, 1986.

FRASER, N. *The End of Progressive Neoliberalism*, 2017. Disponível em: [https://www.dissentmagazine.org/online\\_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser](https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser). Acesso em: 13 dez. 2023.

GEISLER, E., PRABHAKER, P., NAYAR, M. Information integrity: an emerging field and the state of knowledge, *PICMET '03: Portland International Conference on Management of Engineering and Technology*, 2003., Portland, OR, USA, 2003, pp. 217-221. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/1222797>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HJELMSLEV, L. T. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1975

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MORRIS, C. *Fundamentos de la Teoría de los Signos*. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1994.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*, São Paulo: Perspectiva, 1977.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*, São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1965.

SILVA, M. F. L. O idiota da aldeia e o portador da verdade, *Observatório da Imprensa*, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-idiota-da-aldeia-e-o-portador-da-verdade/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

STANDING, G. *O Precariado: a nova classe perigosa*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WARDLE, C.; DERAKHSAN, H. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, report to European Commission. Harvard Kennedy School, Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy, 2017. Disponível em <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 13 nov. 2023.

### Como citar o capítulo:

DANTAS, Marcos. Esboço de uma semiótica da desordem informacional. In: LOPES, Bianca; BORGES, Juliano. (org.). **Integridade da informação: desafios para a reconstrução do debate público digital**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132277.cap3>